



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**LEI 14.133/2021**

**1. DO OBJETO**

**1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI’S PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. O objeto da contratação tem a natureza de aquisição de bem comum.

1.3. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado.

ITEM	QDT	UN.	PRODUTO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	10	UN	<p>CINTURÃO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA, CONFECCIONADO EM CADARÇO DE POLIAMIDA (NYLON) E POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, COM CINCO FIVELAS DUPLAS SEM PINO, CONFECCIONADAS EM AÇO ESTAMPADO, SENDO DUAS UTILIZADAS PARA AJUSTE NAS PERNAS, UMA NA CORREIA DE CINTURA E DUAS NA ALTURA DO PEITO, PARA AJUSTE DOS CADARÇOS FRONTAIS; CINCO MEIAS ARGOLAS EM "D", EM AÇO FORJADO, SENDO DUAS NA REGIÃO PEITORAL, DUAS NA CORREIA DE CINTURA (LATERAL) E UMA POSICIONADA NA PARTE TRASEIRA, NA ALTURA DOS OMBROS, REGULÁVEL AO CINTO ATRAVÉS DE UM PASSADOR DE BORRACHA; UMA FITA PEITORAL AJUSTADA POR MEIO DE DUAS ARGOLAS.TAM. M, G E GG. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$220,10	R\$2.201,00
2.	10	UN	<p>CINTURÃO DE SEGURANÇA, TIPO ABDOMINAL, CONFECCIONADO EM COURO, SOBRECINTO ALMOFADADO COM 100 OU 120 MM DE LARGURA, DOTADO DE UMA FIVELA COM PINO, CONFECCIONADA EM AÇO E UTILIZADA PARA AJUSTE, DUAS ARGOLAS EM "D", CONFECCIONADAS EM AÇO FORJADO, FIXAS AO CINTO ATRAVÉS DE COSTURA DUPLA, DOIS REBITES DE COBRE E CHAPA METÁLICA, PORTA FERRAMENTAS, PORTA FITA ISOLANTE E GANCHO PARA BOLSAS. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$181,35	R\$1.813,50



3.	10	UN	<p>TALABARTE DE SEGURANÇA TIPO "Y" EM CADARÇO TUBULAR DE POLIAMIDA E POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, ELÁSTICO INTERNO, COM ABSORVEDOR DE ENERGIA, COM TRÊS MOSQUETÕES, SENDO DOIS DE DUPLA TRAVA COM ABERTURA DE 55 MM E UM OVAL PARA CONECTAR AO CINTURÃO COM ABERTURA DE 19 MM, CONFECCIONADOS EM AÇO, COM TRAVA QUEDA DE SISTEMAROSCA FIXADO NO ABSORVEDOR DE ENERGIA, DE AÇO FORJADO NAS EXTREMIDADES DO "Y". (Obs: Produto Deve <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho)</b>.</p> 	R\$245,28	R\$2.452,80
4.	10	UN	<p>TALABARTE SIMPLES DE SEGURANÇA, AJUSTÁVEL, CONFECCIONADO EM TECIDO POLIÉSTER NA COR VERMELHA; DOIS MOSQUETÕES NAS EXTREMIDADES, SENDO UM MOSQUETÃO COM 55MM E OUTRO COM 19MM; COMPRIMENTO OPERACIONAL DE 1,6M ; <b>COM OU SEM ABSORVEDOR DE ENERGIA</b> TIPO PACOTE INTEGRADO A FITA PRINCIPAL COMPRIMENTO MÁXIMO DE 1 METRO; COMPRIMENTO TOTAL APÓS A RETENÇÃO DA QUEDA DE 2,8 METROS (APÓS O USO DO ABSORVEDOR DE ENERGIA); MOSQUETÕES DE DUPLA TRAVA, DE ALUMÍNIO, PRESOS NAS EXTREMIDADES DA FITA POR MEIO DE COSTURA REFORÇADA E ETIQUETA INDICADORA DE IMPACTO COSTURADA EM UMA DAS EXTREMIDADES DA FITA PRÓXIMO AO MOSQUETÃO. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$226,16	R\$2.261,60
5.	100	UN	<p>PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA HASTE 16DB. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p>	R\$36,60	R\$3.660,00



					
6.	500	UND	<p>PROTETOR AURICULAR COPOLIMERO. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$3,17	R\$1.585,00
7.	150	PAR	<p>BOTA DE PVC CANO MÉDIO 25CM BRANCA (NORMA DE SEGURANÇA CA42291). TAMANHOS VARIADOS. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$63,54	R\$9.531,00
8.	150	PAR	<p>BOTA OCUPACIONAL PRETA EM PVC, CANO MÉDIO TIPO C, IMPERMEÁVEL, COM FORRO INTERNO. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p>	R\$116,28	R\$17.442,00



					
9.	1.000	PAR	<p>BOTINA OCUPACIONAL COM BIQUEIRA DE PLÁSTICO, LATERAIS COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO. CALÇADO COM PROTEÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA. (NORMA DE SEGURANÇA CA35841). TAMANHOS DIVERSOS. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p> 	R\$134,96	R\$134.960,00
10.	300	PAR	<p>BOTINA MASCULINA AGRICULTOR PARA O CAMPO COURO TRABALHO BLAQUEADA SOLADO COSTURADO. COR AMARELO/CAMELO. TAMANHOS DIVERSOS.</p>	R\$154,50	R\$46.350,00





					
11.	200	PAR	<p>TÊNIS PROFISSIONAL PRETO/BRANCO BB80. TAMANHOS DIVERSOS (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$125,00	R\$25.000,00
12.	06	PAR	<p>COTURNO ANTICORTE OPERADOR DE MOTOSERRA (COM BIQUEIRA DE AÇO). CALÇADO DE SEGURANÇA DO TIPO COTURNO, CONFECCIONADO EM VAQUETA HIDROFUGADA (NÃO ABSORVE UMIDADE), LINGÜETA ACOLCHOADA, POSSUI QUATRO CAMADAS DE FIBRA 100% POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, PALMILHA EM COURO ANATÔMICA E COM TRATAMENTO HIGIÊNICO ANTI-BACTERIANA, COM SISTEMA DE AMORTECIMENTO, CADARÇO EM TECIDO, ILHÓS E ARREBITES METÁLICOS. SOLADO EM PU (POLIURETANO) BIDENSIDADE, ANTIDERRAPANTE, COM BIQUEIRA DE AÇO. COR PRETA COM DETALHES NA COR LARANJA NO BICO E CALCANHAR. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$310,00	R\$1.860,00



13.	100	UN	<p>CAPACETE DE SEGURANÇA (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$43,87	R\$4.387,00
14.	200	CX	<p>LUVA LATEX DESCARTAVEL TAM. P CX C/ 100 UND (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$66,42	R\$13.284,00
15.	300	CX	<p>LUVA LATEX DESCARTAVEL TAM. M CX C/ 100 UND (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$73,21	R\$21.963,00
16.	400	CX	<p>LUVA LATEX DESCARTAVEL TAM. G CX C/ 100 UND (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$72,97	R\$29.188,00



					
17.	200	CX	<p>LUVA LATEX DESCARTAVEL TAM. XG CX C/ 100 UND (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$59,00	R\$11.800,00
18.	400	PAR	<p>LUVA TRICOTADA 4 FIOS (LUVA DE ALGODÃO PIGMENTADA). LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM QUATRO FIOS DE ALGODÃO CRU TRICOTADO EM UMA SÓ PEÇA, COM PIGMENTO EM PVC PRETO NA PALMA, PUNHO CURTO, ACABAMENTO EM OVERLOQUE E PUNHO COM ELÁSTICO. TAMANHO: ÚNICO. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$6,72	R\$2.688,00
19.	200	PAR	<p>LUVA EM RASPA, PUNHO 20 CM COM TIRA DE REFORÇO EXTERNO, REFORÇO INTERNO NA PALMA DA MÃO E DEDOS E COSTURA EM NYLON. TAMANHO: ÚNICO. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido</p>	R\$25,62	R\$5.124,00



			pelo Ministério do Trabalho).		
					
20.	450	PAR	<p>LUVA DE VAQUETA PUNHO CURTO. LUVA EM VAQUETA MODELO PETROLEIRO, PUNHO CURTO COM ELÁSTICO NO DORSO PARA AJUSTE, REFORÇO EXTERNO EM VAQUETA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR E COSTURA DE NYLON. TAMANHO: ÚNICO. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p> 	R\$27,32	R\$12.294,00
21.	06	PAR	<p>LUVA OPERADOR DE MOTOSSERRA EM VAQUETA/NYLON – CINCO DEDOS. LUVA DE SEGURANÇA PARA OPERADOR DE MOTOSSERRA CONFECCIONADA EM VAQUETA NA COR NATURAL, COM REFORÇO EXTERNO EM COURO DE VAQUETA NA COR NATURAL, REFORÇO INTERNO NAS PONTAS DOS DEDOS EM COURO DE RASPA, COM DORSO E PUNHO EM NYLON NA COR LARANJA. POSSUI CINCO DEDOS., PUNHO COM 9 CM DE COMPRIMENTO COM ELÁSTICO PARA MELHOR FIXAÇÃO E FECHAMENTO COM VELCRO DE 5 CM. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p> 	R\$63,30	R\$379,80
22.	1.000	PAR	<p>LUVA PVC P45 CM. LUVA DE POLICLORETO DE VINILA (PVC), FORRADA COM MALHA DE ALGODÃO, PUNHO 45 CM, PALMA, DEDOS E DORSO LISO. TAMANHO: ÚNICO. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p>	R\$41,95	R\$41.950,00





					
23.	05	PAR	<p>LUVA PARA ALTA TENSÃO CLASSE II. LUVA DE SEGURANÇA ISOLANTE DE BORRACHA, CLASSE II PARA TENSÃO MÁXIMA DE USO EM 17.000 VOLTS, COM FAIXA AMARELA LOCALIZADA NO DORSO DA LUVA PRÓXIMO À ORLA. TAMANHO: 9,10 E 11. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p> 	R\$695,72	R\$3.478,60
24.	10	UN	<p>RESPIRADOR FACIAL (COM MANUTENÇÃO) (MÁSCARA PANORÂMICA). RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR PEÇA FACIAL INTEIRA, NOS TAMANHOS PEQUENO, MÉDIO E GRANDE, CORPO MOLDADO EM SILICONE E ABAS DUPLAS, TIRANTE DE CABEÇA COM SUPORTE PLÁSTICO, SEIS PONTOS DE AJUSTE E PRESILHAS PARA AJUSTE RÁPIDO, COPA NASAL. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p> 	R\$340,00	R\$3.400,00
25.	1.000	UN	<p>RESPIRADOR SEMI FACIAL (SEM MANUTENÇÃO E SEM VALVULA) PFF-2 (MÁSCARA RESPIRATÓRIO DESCARTÁVEL). RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR, PEÇA SEMIFACIAL PFF-2 (PEÇA FACIAL FILTRANTE), MODELO DOBRÁVEL, COM SOLDA ULTRASÔNICA EM TODO O SEU PERÍMETRO. POSSUI ELÁSTICO NAS LATERAIS PERFAZENDO DUAS ALÇAS UMA NA PARTE SUPERIOR PARA FIXAÇÃO DA PEÇA NA ALTURA DA NUCA E UMA NA PARTE INFERIOR PARA FIXAÇÃO NA ALTURA DO PESCOÇO DO USUÁRIO, SEM VÁLVULA DE EXALAÇÃO, TIRA DE MATERIAL METÁLICO (CLICK NASAL) LOCALIZADO NA PARTE FRONTAL SUPERIOR EXTERNA DA PEÇA. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p>	R\$4,07	R\$4.070,00



					
26.	1.000	UN	<p>RESPIRADOR SEMI FACIAL DESCARTÁVEL PFF-2 COM VÁLVULA (EQUIVALENTE N-95) (<b>Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho</b>).</p> 	R\$5,55	R\$5.550,00
27.	500	UN	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA COM LENTE EM PEÇA ÚNICA DE POLICARBONATO, HASTES TIPO ESPATULA, TRATAMENTO ANTI-RISCO, MODELO LEOPARDO. (NORMA DE SEGURANÇA CA11268). CORES DIVERSAS. (<b>Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho</b>).</p> 	R\$9,12	R\$4.560,00
28.	50	UN	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA AMPLA-VISÃO, ARMAÇÃO EM UMA ÚNICA PEÇA DE PVC TRANSPARENTE COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA, COMPOSTO DE FENDAS NA PARTE</p>	R\$64,22	R\$3.211,00



			<p>SUPERIOR E INFERIOR, VISOR DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTIEMBAÇANTE E ANTI-RISCO, TIRANTE ELÁSTICO PARA AJUSTE. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p> 		
29.	30	UN	<p>ÓCULOS DE SEGURANÇA VT5 (SOLDA E OXICORTE). ÓCULOS DE SEGURANÇA MODELO RIO DE JANEIRO, CONSTITUÍDOS DE ARCO DE PLÁSTICO PRETO, LENTE DE POLICARBONATO VERDE (TONALIDADE 5), COM PONTE, APOIO NASAL E PROTEÇÃO LATERAL INJETADA DO MESMO MATERIAL, COM UM ORIFÍCIO NA PARTE FRONTAL SUPERIOR E UMA FENDA EM CADA EXTREMIDADE PARA O ENCAIXE NO ARCO. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p> 	R\$9,32	R\$279,60
30.	10	UN	<p>PROTETOR FACIAL TIPO BOLHA (INCOLOR E VERDE). PROTETOR FACIAL DE SEGURANÇA, CONSTITUÍDO DE COROA E CARNEIRA DE MATERIAL PLÁSTICO, COM REGULAGEM DE TAMANHO ATRAVÉS DE AJUSTE SIMPLES OU COM CATRACA E VISOR DE MATERIAL PLÁSTICO (POLICARBONATO) INCOLOR E VERDE CLARO, TAMANHO 8" E 10". <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p> 	R\$59,42	R\$594,20



31.	05	UN	<p>MÁSCARA DE SOLDA (PROTETOR FACIAL PARA SOLDAR). MÁSCARA DE SOLDA, CONFECCIONADA DE CELERON (PLÁSTICO LAMINADO TÉCNICO COM REFORÇOS DE TECIDOS DE ALGODÃO E RESINA FENÓLICA), COM VISOR BASCULANTE (ARTICULADO) PARA ACOPLAGEM DAS LENTES INCOLOR E FILTRO DE LUZ DE DIVERSAS TONALIDADES, CARNEIRA COM REGULAGEM DO TIPO CATRACA PARA FIXAÇÃO E AJUSTE NA CABEÇA. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p> 	R\$62,00	R\$310,00
32.	10	CNJ	<p>CONJUNTO HERBICIDA PARA MANUSEIO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS. VESTIMENTA PARA APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODÃO, IMPERMEABILIZADA. GRAMATURA MÍNIMA DE 162G/M2, TRATADO NA PARTE EXTERNA DO TECIDO PARA A GARANTIA DE FÁCIL TRANSPIRAÇÃO DO USUÁRIO E CONFORTO TÉRMICO. BLUSÃO DE MANGAS LONGAS, FECHAMENTO ATRAVÉS DE COSTURAS REBATIDAS, COM ELÁSTICO NOS PUNHOS OU OUTRO DISPOSITIVO DE VEDAÇÃO. CORDÃO OU CINTO DE AJUSTE NA CINTURA, ABERTURA FRONTAL TIPO PÓLO COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE VELCRO. CALÇA COMPRIDA COM REFORÇO DE PVC NAS PERNAS À MEIA ALTURA (NO MÍNIMO), DO JOELHO PARA BAIXO. AVENTAL DE PVC FORRADO 90 X 60 CM PARA PROTEÇÃO DO USUÁRIO NO PREPARO DA CALDA BONÉ OU CAPUZ TIPO ÁRABE CONJUGADO À BLUSA, DO MESMO TECIDO COM SAIA DE 30 CM DE COMPRIMENTO E FECHAMENTO FRONTAL EM VELCRO. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p> 	R\$140,25	R\$1.402,50
33.	20	UN	<p>CALÇA DE SEGURANÇA TIPO SANEAMENTO CONFECCIONADA EM TREVIRA COM FAIXAS REFLETIVAS E BOTAS DE PVC PRETAS SOLDADAS POR MEIO DE SOLDAGEM ELETRÔNICA. COR: AMARELO. TAMANHO: P, M, G, GG E XG. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p>	R\$314,74	R\$6.294,80





					
34.	20	UN	<p>JALECO TIPO SANEAMENTO CONFECCIONADA EM TREVIRA COM FAIXAS REFLETIVAS. COR: AMARELO. TAMANHO: P, M, G, GG E XG. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$69,00	R\$1.380,00
35.	150	UN	<p>CAPA DE CHUVA. COMPOSTA DE PEÇA ÚNICA CONFECCIONADA EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO EM PVC EM AMBOS OS LADOS, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,35MM, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE E FLEXÍVEL, NA COR AMARELA, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO, MANGA LONGA QUE PERMITA AMPLO MOVIMENTO. AS COSTURAS DEVEM SER SELADAS POR SOLDA ELETRÔNICA, PROPORCIONANDO A MESMA IMPERMEABILIDADE DO TECIDO. TAMANHO: P, M, G, GG E XG. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$67,45	R\$10.117,50
36.	15	CNJ	<p>CONJUNTO MOTOQUEIRO FORRADO. JAQUETA COM GOLA, BOLSO COM TAMPA, FECHAMENTO POR ZÍPER E VELCRO, ELÁSTICO NA CINTURA E NOS PUNHOS, REFLETIVO NAS COSTAS, NOS BOLSOS E ANTE-BRAÇO. CALÇA COM ELÁSTICO NA CINTURA E TORNOZELOS. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p>	R\$188,02	R\$2.820,30



					
37.	300	UN	<p>CHAPÉU AUSTRALIANO COM CAPUZ E PROTEÇÃO SOLAR NA NUCA. FECHAMENTO EM VELCRO. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p> 	R\$34,80	R\$10.440,00
38.	05	CNJ	<p>VESTIMENTA PARA ELETRICISTA RISCO II, CONFECCIONADA EM: LINHA METAARAMIDA RESISTENTE À CHAMAS. TECIDO: SARJA 3X1 100% ALGODÃO RETARDANTE A CHAMAS ATPV (VALOR DE PROTEÇÃO TÉRMICA AO ARCO ELÉTRICO) 11.3 CAL/CM2. CARACTERÍSTICA DA CALÇA RISCO 2 SEM OU COM REFLETIVO / MEIO ELÁSTICO NO CÓS, COM 07 PASSANTES, COM 02 BOLSOS FRONTAIS CHAPADOS, COM 02 BOLSOS LATERAIS, COM 01 BOLSO TRASEIRO CHAPADO SEM TAMPA; COM PALA TRASEIRA; VISTA COM FECHAMENTO DA BRAGUILHA ATRAVÉS DE VELCRO E BOTÃO NA CINTURA; COSTURAS REFORÇADAS E TRAVETES NOS PONTOS VULNERÁVEIS. CARACTERÍSTICA DA CAMISA RISCO 2 SEM OU COM REFLETIVO / MANGA LONGA COM PUNHO E CARCELA, BOTÃO E CASEADO, FECHAMENTO FRONTAL COM VISTA EMBUTIDA, FECHAMENTO COM BOTÕES E CASEADOS; GOLA TIPO ESPORTE; COM 01 BOLSO SUPERIOR LADO ESQUERDO, COM PORTA CANETAS E TAMPA ATRAVÉS DE VELCRO; COSTURAS REFORÇADAS, TRAVETES NOS PONTOS VULNERÁVEIS, MEDIDA DE PROTEÇÃO ATPV. TAMANHO E COR A DEFINIR. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p>	R\$396,05	R\$1.980,25



					
39.	05	CNJ	<p>VESTIMENTA (CONJUNTO) MOTOSSERRA. CONJUNTO DE PROTEÇÃO PARA OPERADORES DE MOTOSSERRA, COMPOSTO DE: CALÇA DE PROTEÇÃO, CONFECCIONADA COM TECIDO EXTERNO EM 100%, POLIÉSTER. PROTEÇÃO INTERNA EM POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, COM 8 CAMADAS. FORRO INTERNO EM GERSEY. BOTÃO DE PRESSÃO METÁLICO. ZÍPER (15 CM) NA BRAGUILHA EM METAL OU NÁILON. CORDÃO NA BARRA DA CALÇA PARA AJUSTE. CALÇA COSTURADA COM LINHA 100% POLIÉSTER NÚMERO 140, COM REFORÇO NO CAVALO (ENTRE PERNAS). CAMISA / JAQUETA EM POLIÉSTER: FECHAMENTO EM VELCRO. LUVAS EM 100% COURO VAQUETA: REVESTIMENTO EM POLIÉSTER. AJUSTE DE VELCRO NO PUNHO. CAPACETE DE SEGURANÇA, ABA FRONTAL, COM JUGULAR: VISEIRA EM ACETATO ACRÍLICO OU POLICARBONATO TRANSPARENTE ACOPLADA AO CAPACETE. ACABAMENTO: A CALÇA DEVE TER 7 PASSANTES PARA CINTO, BOLSO TRASEIRO COM LAPELA E PROTEÇÃO INTERNA ANTICORTE PROTEGENDO A PARTE FRONTAL E TRASEIRA DA PERNA NA ALTURA DA VIRILHA ATÉ O TORNOZELO. A CAMISA DEVE TER MANGAS COMPRIDAS E BOLSO FRONTAL. TAMANHO E COR A DEFINIR. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p> 	R\$593,09	R\$2.965,45
40.	100	PAR	<p>PERNEIRA DE SEGURANÇA 03 TALAS, MATERIAL EM PVC. FECHAMENTO C/VELCRO. <b>(Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</b></p>	R\$56,25	R\$5.625,00



					
41.	1.000	UND	<p>PROTETOR SOLAR FPS 30 120ML NUTRIEX</p> 	R\$38,14	R\$38.140,00
42.	600	UND	<p>CREME PROTETOR DE PELE GP3 200GR SPECIAL (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$30,67	R\$18.402,00
43.	600	UND	<p>AVENTAL PVC BRANCO TAM 1.20X0.65 COM ENGATE RÁPIDO (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p>	R\$33,43	R\$20.058,00





					
44.	200	UND	<p>AVENTAL TÉRMICO TAM 0,90 X 0,70 (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$139,01	R\$27.802,00
45.	200	UND	<p>AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM COURO DE RASPA EM COR NATURAL DE 100 X 60 CM. POSSUIR TIRA EM COURO NO PESCOÇO PARA FIXAÇÃO E TIRAS LATERAIS NO MESMO MATERIAL PARA FIXAÇÃO E AJUSTE DO AVENTAL. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$79,30	R\$15.860,00
46.	30	CONJ	<p>CONJUNTO AGROQUÍMICO 5 PEÇAS (TAMANHOS VARIADOS) PARA PULVERIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS, DESENVOLVIDA DE FORMA A AMENIZAR OS RISCOS PARA APLICAÇÃO DE VENENO PARA MATOS, IDEAL PARA PROTEÇÃO DO</p>	R\$160,00	R\$4.800,00





			<p>TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES CONTRA RESPINGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS DURANTE TRABALHOS COM PULVERIZAÇÃO. CONJUNTO COMPOSTO POR CAMISA, CALÇA E BONÉ COM PROTETOR CONFECCIONADOS EM TECIDO HIDROREPELENTE, VISEIRA FRONTAL TRANSPARENTE E AVENTAL PLÁSTICO. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 		
47.	60	PAR	<p>LUVA TERMICA 45CM 2 DEDOS. PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES TÉRMICOS. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$90,27	R\$5.416,20
48.	1.000	PAR	<p>LUVA DE SEGURANÇA 100% EM BORRACHA NITRÍLICA PALMA ANTIDERRAPANTE. COR VERDE. TAMANHOS DIVERSOS. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p> 	R\$33,59	R\$33.590,00
49.	10	UND	<p>RESPIRADOR SEMI FACIAL MIG 21 COM FILTRO VOGA + PRE FILTRO P2 + TAMPA ACOPLAR. FILTRO QUÍMICO VO+GA CMC-1 FILTRO QUÍMICO RECOMENDADO SOMENTE EM</p>	R\$89,00	R\$890,00




			<p>ATMOSFERAS CONTENDO (1) NO MÍNIMO 19,5% DE OXIGÊNIO (2) ATÉ 1000 BPM DE VAPORES ORGÂNICOS, 10PPM DE CLORO E 30 PPM DE FORMALDEÍDO, 50 PPM DE ÁCIDO CLORÍDRICO, E 50PPM DE DIÓXIDO DE ENXOFRE. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p>		
					
50.	1.000	UND	<p>MASCARA PFF2 N95 ORIGINAL - INDICADA PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS, EFICAZ CONTRA O CORONAVÍRUS, POEIRAS, AEROSSÓIS, ETC. ENQUADRAR-SE NA CATEGORIA PFF-2 E APRESENTAR EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO MÍNIMA DE 94% CONTRA A PENETRAÇÃO DE AEROSSÓIS. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p>	R\$13,23	R\$13.230,00
					
51.	40	UN	<p>PROTETOR FACIAL FACE SHIELD. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL QUE PROPORCIONA PROTEÇÃO À FACE E AOS OLHOS, ALÉM DE EVITAR QUE TERCEIROS SEJAM ATINGIDOS POR CONTAMINANTES DO USUÁRIO, ATUANDO COMO BARREIRA FÍSICA, IMPEDINDO CONTATO INVOLUNTÁRIO COM O ROSTO. (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p>	R\$62,50	R\$2.500,00



					
52.	20	UND	<p>BOLSA COM REPARTIÇÕES PARA AGENTE DE ENDEMIAS. PASTA CONFECCIONADA EM LONA IMPERMEÁVEL EXTREMAMENTE RESISTENTE. COM DUAS REPARTIÇÕES GRANDES COM FECHAMENTO EM ZÍPER. MEDIDAS MÍNIMAS: 36CM X 26CM X 10CM (COMPRIMENTO, ALTURA E PROFUNDIDADE) MATERIAL: POLIÉSTER.</p> 	R\$169,32	R\$3.386,40
53.	40	UND	<p>CINTO PARA ROÇADEIRAS DE OMBRO DUPLO, JARDINAGEM, COR PRETO, COMPATÍVEL COM QUALQUER MODELO DE ROÇADEIRA. CONEXÃO RESISTENTE - A CONEXÃO DAS TIRAS DE NYLON É FEITA POR UMA PEÇA PLÁSTICA REFORÇADA. GANCHO COM DESENGATE - GANCHO REFORÇADO PRODUZIDO EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA COM DESENGATE DE EMERGÊNCIA. NYLON REFORÇADO - PRODUZIDO COM NYLON DE ALTA QUALIDADE GARANTINDO RESISTÊNCIA E GRANDE DURABILIDADE. PESO:0,5KG (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).</p>	R\$102,71	R\$4.108,40





					
54.	35	KIT	<p><b>KIT SEGURANÇA, PROTETOR FACIAL, FONE ABAFADOR, RUÍDO, TIPO CONCHA, CINTO DUPLO SUSTENTAÇÃO PARA JARINEIRO, ROÇADEIRA.</b></p> <p>COMPOSIÇÃO: 01 UNIDADE DE CINTO COLETE DE SUSTENTAÇÃO DUPLO O CINTO DE SUSTENTAÇÃO PODE PRENDER APARADORES, ROÇADEIRA E OUTRAS FERRAMENTAS ELÉTRICAS PESADAS DE FAZENDA OU JARDIM. DISTRIBUINDO O PESO POR TODA A PARTE SUPERIOR DO CORPO, TIRE O PESO PARA REDUZIR A FADIGA DO OMBRO E DO CORPO. OBS: COR SORTIDA ENTRE VERMELHO, LARANJA OU PRETO - MATERIAL: FEITO DE MATERIAL MACIO E ACOLCHOADO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: MODELOS: UNIVERSAL - TODOS OS MODELOS DE ROÇADEIRA GASOLINA OU ELÉTRICA COR DO CINTO: PRETO OU LARANJA</p> <p>01 UNIDADE DE CAPACETE DE SEGURANÇA COM VISEIRA PARA PROTEÇÃO ESTE É UM CAPACETE PROFISSIONAL DE SILVICULTURA OU AGRICULTURA COMPLETO COM VISEIRA DE SEGURANÇA. A VISEIRA DE SEGURANÇA É UM TIPO DE MALHA FACIAL PARA CONSTRUIR UMA PROTEÇÃO DE SEU ROSTO CONTRA RECORTES DE VIDRO, RESTOS E ALGUNS ITENS GRANDES. HÁ FAIXA DE SUOR E FAIXA DE CABEÇA AJUSTÁVEL PARA CABER NA SUA CABEÇA, DE FORMA A PROPORCIONAR MUITO CONFORTO. FEITO DE MATERIAIS DE ALTA QUALIDADE, É DE LONGA DURABILIDADE. ESPECIFICAÇÕES: - CONDIÇÃO: 100% NOVO - MATERIAL: METAL, PLÁSTICO - TAMANHO DA MALHA: APROX. 39X20CM / 15.35 "X 7.87" - PESO DO PACOTE: APROX. 220G</p> <p>01 UNIDADE DE ABAFADOR DE RUÍDO TIPO FONE PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA. O ABAFADOR É UM EXCELENTE PRODUTO QUE COM CERTEZA AJUDARÁ A RESOLVER SEU PROBLEMA COM BARULHO EXCESSIVO TANTO NO TRABALHO QUANTO PARA ESTUDAR, SUA HASTE É FEITA EM PLÁSTICO FLEXÍVEL E AJUSTÁVEL. OBSERVAÇÃO MARCAS COMPATÍVEIS: - UNIVERSAL - TODOS OS MODELOS DE ROÇADEIRA GASOLINA OU ELÉTRICA. (STIHL, HUSQVARNA, SAVANA,</p>	R\$395,50	R\$13.842,50



			BRANCO, GARTHEN, TOYAMA, GARTHEN, YAMASAKI, NAKASHI, KAWASHIMA, LIRA, VULCAN, TERRA, TEKNA, FERRARI, NAGANO, THORQ, DAYO, BRUTATEC, AZEN, SAGYMA, BRANCO, SH. SIGA TOOLS 63, SA TOOLS 63, NAKASAKI, GAMMA, ENTRE OUTRAS). (Obs: Produto Deve Possuir Certificado de Aprovação-CA válido, emitido pelo Ministério do Trabalho).		
					
55.	200	ROLO	TELA TAPUME SINALIZAÇÃO CERQUITE 1,2X50M LARANJA E BRANCA 	R\$161,33	R\$32.266,00

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação dos equipamentos de proteção individual justifica-se pela necessidade de garantir condições adequadas de segurança e saúde ocupacional aos servidores de todas as Secretarias Municipais, em especial aqueles que atuam na execução e manutenção dos serviços com exposição ou risco a saúde e integridade física.

2.2. O fornecimento contínuo e padronizado de EPIs visa assegurar a conformidade da Administração Municipal com a Norma Regulamentadora nº 06, que dispõe sobre o uso, fornecimento e responsabilidade quanto aos equipamentos de proteção individual, além de dar cumprimento ao dever constitucional e legal do ente público de zelar pela integridade física de seus trabalhadores.

2.3. Trata-se de medida imprescindível para a redução de acidentes de trabalho, diminuição de afastamentos por motivo de saúde e garantia de maior eficiência na prestação dos serviços públicos, refletindo em benefícios diretos à coletividade, uma vez que servidores protegidos desempenham suas atividades com mais segurança, qualidade e produtividade.



2.4. A presente contratação, portanto, é justificada não apenas pelo atendimento à legislação vigente, mas também pela necessidade de assegurar condições adequadas de trabalho, promover a preservação da saúde dos trabalhadores e garantir a continuidade da prestação dos serviços essenciais à população.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A presente contratação visa à aquisição de diversos EPIs destinados ao uso obrigatório pelos servidores que atuam com serviços com risco à saúde ou à vida. A ausência ou inadequação desses equipamentos implica grave risco à saúde dos trabalhadores e expõe a Administração a responsabilização civil, trabalhista e administrativa, além de comprometer a continuidade e a eficiência do serviço prestado à população.

3.2. Espera-se como resultado da contratação o pleno atendimento às normas de segurança do trabalho, a redução dos índices de acidentes laborais, o fortalecimento da política de prevenção de riscos ocupacionais e a valorização do servidor público. Ademais, objetiva-se garantir a aplicação regular das regras de proteção e segurança prevista em estudo detalhado em cada área de serviço do Município.

3.3. A contratação está em consonância com os princípios constitucionais da eficiência, da dignidade da pessoa humana e da moralidade administrativa, integrando-se aos objetivos estratégicos do Município de promover um ambiente de trabalho seguro, preservar a saúde dos servidores públicos e assegurar a continuidade e qualidade dos serviços urbanos essenciais.

3.4. A Administração Pública Municipal identificou a existência de um problema relacionado à insuficiência de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) apropriados e em quantidade adequada para os servidores lotados nas diversas secretarias.

3.5. A ausência ou inadequação desses materiais compromete não apenas a segurança e a saúde dos trabalhadores, como também infringe normas legais e regulamentares, em especial a Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06), aprovada pela Portaria MTB nº 3.214/1978, e o art. 166 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que impõem ao empregador o dever de fornecer gratuitamente os EPIs necessários e adequados à proteção dos riscos existentes no ambiente de trabalho.

3.6. Diante desse contexto, foram consideradas as seguintes alternativas para solução do problema:

- a) Reaproveitamento de EPIs já utilizados em estoque remanescente: medida descartada por comprometer a segurança dos servidores, uma vez que os EPIs apresentam vida útil limitada e perdem sua eficácia após determinado tempo de uso, além de poderem estar danificados ou com Certificados de Aprovação (CA) vencidos.
- b) Realocação de EPIs de outros setores da Administração: inviável, pois os EPIs são específicos ao tipo de atividade desempenhada, não havendo compatibilidade técnica entre os equipamentos utilizados por outros setores (ex: saúde ou obras).



- c) Aquisição de EPIs por meio de contratação direta avulsa: embora possível, essa alternativa não oferece a melhor vantajosidade, pois limita o atendimento à demanda pontual, sem flexibilidade para reposição futura.
- d) Aquisição por meio de procedimento de Registro de Preços: medida considerada mais adequada, pois permite à Administração atender de forma contínua e planejada às necessidades do setor, garantindo flexibilidade, economicidade e conformidade legal, mediante aquisições sob demanda durante a vigência da ata.
- e) Assim, a alternativa mais vantajosa é a contratação por Registro de Preços, modalidade que garante o fornecimento regular, com possibilidade de entrega parcelada e de acordo com a demanda da Administração, evitando desperdícios e assegurando segurança jurídica ao processo.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 - Os itens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, podendo, os padrões de desempenho e qualidade, ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2 - Os materiais devem ser entregues no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da notificação do empenho ao fornecedor, no endereço indicado no Termo de Referência, dentro da padronização especificada pelo Município e conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes no Edital.

4.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4.4 - O licitante deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental.

**4.5 - A proposta deverá conter obrigatoriamente a descrição dos itens cotados, indicando a marca, modelo e/ou fabricante do material ofertado e ainda todas as especificações mínimas exigidas.**

4.6 - O critério de julgamento das propostas deverá ser o de **MENOR PREÇO POR ITEM.**

#### **5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

5.1. Dessa forma, os critérios de sustentabilidade a serem considerados na aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) são os seguintes:

##### **Durabilidade e Qualidade dos Materiais:**

5.1.1 Os EPI's deverão ser fabricados com materiais de alta durabilidade e resistência, que assegurem maior vida útil e reduzam a necessidade de substituições frequentes,





contribuindo para a diminuição de resíduos sólidos e menor consumo de recursos naturais.

### **Certificações e Conformidade:**

5.1.2. Os EPI's deverão possuir certificação de aprovação (CA) expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, **EXCETO OS ITENS 10, 41, 52 e 55**, conforme a legislação vigente, assegurando a qualidade e segurança do produto. Caso o fornecedor possua certificações ambientais (como ISO 14001 ou selo verde), estas poderão ser consideradas como diferencial positivo.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

6.1. A empresa fica obrigada a entregar os itens solicitados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, através de Nota de Empenho – NE e/ou contrato, no **prazo não superior a 20 (vinte) dias corridos**, contados da data do recebimento da respectiva nota de empenho.

6.2. Os itens deverão ser entregues, conforme Nota de Empenho, em dias úteis, no horário das **08h às 13h**, sem custos adicionais no seguinte endereço: Avenida Argemiro Barbosa da Silva, 870, Jardim Cinelândia, sede da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas - MG

6.2. Caso não seja possível o início na data assinalada, a empresa deverá **COMUNICAR E COMPROVAR** as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Os itens deverão ser entregues em perfeitas condições de utilização.

6.4. Serem fornecidos em embalagens originais e lacradas.

6.5. Conter na embalagem etiqueta identificadora com nome do fornecedor, data e número da NE.

6.6. O licitante deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental.

6.7. Não serão aceitos na entrega, produtos de qualidade e marcas diferentes daquelas constantes na(s) proposta(s) vencedora(s). Se as especificações do produto entregue não corresponder às exigidas no contrato, a remessa do produto apresentado será devolvida ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de 02 (dois) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.



6.8. Não será aceita cobrança adicional em razão do local de entrega.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato.
- b) Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.
- c) Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.
- d) Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste contrato
- e) Garantir o fornecimento de material para que seja realizada a implantação.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Cumprir fielmente objetivo da contratação de acordo com as especificações, quantidade e prazos deste contrato, bem como nos termos da sua proposta.
- b) **ATENDER O PRAZO DE ENTREGA, SOB PENA DE RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, apurada em Procedimento de Responsabilização Administrativa-PAR.**
- c) Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.
- d) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
- e) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- f) Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.



- g) Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.
- h) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.
- i) Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do CONTRATANTE.

## **9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

11.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo. 124 da Lei 14.133/2021.

11.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 124 da Lei 14.133/2021

11.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo



de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021.

11.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

11.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

11.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

11.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

11.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.





11.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021.

## **12. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

12.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o *disposto neste item*, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

13.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

13.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

13.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

13.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais



encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

13.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

13.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

13.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

13.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

13.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

13.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.



13.4. No prazo de até *05 (cinco) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

13.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

13.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **14. DO PAGAMENTO**

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

14.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, cujas certidões deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal.

14.4. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências administrativas com fito de realizar o pagamento.



14.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.7. Antes de cada pagamento à contratada, será verificado a regularidade fiscal da contratada.

14.8. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.





14.13. Será rescindido a ata de registro em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **15. DO REAJUSTE.**

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data assinatura do contrato.

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, da média dos índices IGP- M/FGV, INPC ou IPCA aferidos nos últimos 12 meses contados da assinatura do contrato, sendo que será aplicado sempre o percentual mais vantajoso para a Administração.

15.3. Os índices de reajuste indicados na cláusula 15.2 não serão aplicados quando houver índice específico da área contratada, salvo caso aqueles apresentarem percentual mais vantajoso para a Administração ou quando o contratado solicitar sua aplicação.

15.4. Caso o Contratado solicite índices de reajuste não indicados nas cláusulas 15.2 ou 15.3, para sua aplicação será analisada a vantajosidade para a Administração.

15.5. Em todos os casos de aplicação de índices de reajustes deverá ser analisado e aplicado o percentual mais vantajoso para a Administração Pública.

15.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo



índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.9. Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **16. ALTERAÇÕES DO CONTRATO.**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **17. EXTINÇÃO DO CONTRATO.**

17.1. Constituirão motivos para extinção da ata de registro de preço, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

17.2. A extinção da ata de registro de preço poderá ser:

- I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial

17.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.



17.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

17.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

17.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.5.3. Indenizações e multas.

## **18. DA GARANTIA.**

18.1. Os serviços prestados deverão ser garantidos contra imperfeições, imprecisões, deficiências técnicas e desconformidades ao que fora solicitado, sem prejuízo da garantia legal de que trata a Lei n.º 8.078/90, a contar da data de seu recebimento pelo Município.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

19.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

19.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

19.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



19.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

19.1.9. Fraudar a dispensa/ pregão eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução da ata;

19.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

19.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.3.2. As peculiaridades do caso concreto;





19.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.5. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ou legislação local, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao



fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999, e demais normas locais.

## **20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

20.1. O custo estimado total da contratação será realizado pelo departamento de compras e será juntado ao presente termo, dele fazendo parte.

## **21. DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO.**

21.1. A Administração Municipal, através da Secretaria Municipal Responsável pela Contratação exercerá a gestão e fiscalização do contrato e registrará todas as ocorrências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

21.2. O fiscal do contrato será um funcionário designado pela Contratante, para acompanhamento e fiscalização na entrega dos produtos adquiridos mediante atesto na nota fiscal/fatura, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

21.3. A fiscalização pela Administração não exime quaisquer responsabilidades por parte do prestador do serviço em referência, sendo única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à regular execução do objeto do contrato.

21.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, de forma que os serviços sejam prestados de acordo com as especificações referenciadas e em perfeitas condições de aproveitamento, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

21.5. A Contratada deverá indicar à Secretaria Municipal Responsável pela Contratação o preposto ou responsável legal com legitimidade para manter entendimentos e receber comunicações acerca do objeto do contrato.

21.6. As comunicações entre Administração e contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, desde que utilizados e-mails institucionais.

21.7. A Contratada deverá comparecer à sede do Contratante ou responder notificação, sempre que solicitada, por meio do preposto, no prazo de 24h (vinte quatro horas) da convocação ou comunicação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos aos serviços prestados.

21.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



21.9. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

21.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

21.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

21.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o Art. 158, da Lei 14.133/2021, se a situação demandar.

21.13. O gestor do contrato ou setor demandante deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **22. DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.**

22.1. A nota fiscal deverá ser emitida com o nome do órgão solicitante - PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS, no endereço: AV. ARGEMIRO BARBOSA DA SILVA, Nº 870, CENTRO, CEP: 38.650-000, BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG.

Bonfinópolis de Minas, 21 de outubro de 2025

**Guilherme Franklin de Carvalho Santos**  
**Secretário Municipal de Administração e Planejamento**  
**Matricula: 2373-8**